

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RÔMULO TORRES DE OLIVEIRA

CRISE ITALIANA: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DAS CAUSAS E DOS
DESDOBRAMENTOS DA FRAGILIDADE E DA LENTA RECUPERAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2013

RÔMULO TORRES DE OLIVEIRA

CRISE ITALIANA: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DAS CAUSAS E DOS
DESDOBRAMENTOS DA FRAGILIDADE E DA LENTA RECUPERAÇÃO

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Rabah Benakouche

FLORIANÓPOLIS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Rômulo Torres de Oliveira na disciplina CNM 5420 – Monografia, do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rabah Benakouche
Presidente – UFSC

Prof. Dr. José Antônio Martins
Membro – UFSC

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Membro – UFSC

*A família e a namorada,
por todos os quilogramas
de amor e afeto que vocês
transferem aos alimentos,
que mais do que nunca
eu vejo em qualquer canto
de mim que eu olhe.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à paciência e à disposição do Prof. Dr. Rabah Benakouche, que não só aceitou me orientar como teve toda atenção possível com o que me parecia confuso e, especialmente, com a minha maneira errática de me comunicar.

Gostaria de agradecer, obviamente, à minha família, pelo suporte nas horas difíceis e por se apresentarem como condição para que o ser humano que há por baixo desse Graduando fosse um minucioso escultor e não um sabotador desse trabalho que apresento.

Agradecer também à minha namorada, Andréia, pelo que posso chamar de fator "força de vontade", fundamental para construir o trabalho, nas partes em que ele se apresentava mais espinhoso.

E finalmente, agradecer a todos os grandes amigos que, desde o primeiro dia numa cidade que me era estranha, compuseram um sustentáculo sem o qual seria difícil perseverar por todo este tempo. Não cabe aqui citá-los individualmente, não porque foram muitos, mas porque eu poderia ser injusto com algum deles. Tampouco cabem aqui as histórias que essas amizades renderam. Vou me limitar a apenas concluir dizendo que as pessoas as quais me refiro sabem quem elas são, e sabem melhor ainda à quais histórias eu me refiro.

“A promessa dada foi uma necessidade do passado; a promessa quebrada é uma necessidade do presente.”
(Nicolau Maquiavel)

RESUMO

OLIVEIRA, R. Torres de. **Crise italiana: uma análise socioeconômica das causas e dos desdobramentos da fragilidade e da lenta recuperação.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

A crise econômica tomou de assalto todas as economias da Europa, não poupando nem mesmo as que pareciam sólidas, principalmente em razão de sua moeda única e seus tratados de cooperação mútua. Neste trabalho, intenta-se abordar com mais atenção e detalhes o particular caso da Itália. O trabalho tem por objetivo mostrar as “causas especificamente italianas” que, além das demais que são comuns às outras economias da Zona do Euro, fizeram desse país uma preocupação extra para a saúde e o futuro da União Europeia. Posteriormente, busca-se lançar luz aos dados que mostram o endividamento italiano e a dificuldade encontrada no que tange à aprovação das reformas necessárias para a recuperação da nação, em razão das particularidades citadas previamente, apontando para as implicações à moeda comum e à zona comum de comércio num futuro próximo.

Palavras-chave: Crise econômica. Itália. Dívida externa. Balança de pagamentos. Balança comercial. Europa

ABSTRACT

OLIVEIRA, R. Torres de. **Crise italiana: uma análise socioeconômica das causas e dos desdobramentos da fragilidade e da lenta recuperação.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

The economic crisis took by storm all the economies in Europe, sparing none of them, even those that look solid, mainly due to the common and mutual cooperation treaties. On this paper, the intent is to approach, with more attention and details, Italy's particular case. The paper has, as a goal, to show the "specificly italian causes" that, along with the rest that is common to the other economies of the Euro Zone, made this country an extra issue to the European Union's health and future. Posteriorly, the focus is to bring light at the data showing the increase in this nation's debt and the difficulty faced regarding the approval of the reforms needed for the nation's recovery, due to the particularities previously named, pointing to the implications for the common currency and the common area of trade in a near future.

Keywords: Economic crisis. Italy. External debt. Balance of payments. Balance of trade. Europe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Balanço de Pagamentos da Itália. 2000-2001.

Figura 2 – Balanço de Pagamentos da Itália. 2002-2006.

Figura 3 – Balanço de Pagamentos da Itália. 2007-2011.

Figura 4 – Balança comercial da Itália (em milhões de euros). 2000-2011.

Figura 5 – Taxa de desemprego na Itália. 1999-2011.

Figura 6 – Índice de confiança do consumidor na Itália. 2000-2012.

Figura 7 – Situação financeira das famílias na Itália. 2000-2012.

Figura 8 – Poupança, ganhos de capital e outras alterações na riqueza na Itália (em evolução percentual). 1996-2010.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Balanço de Pagamentos da Itália dos anos de 2000-2011.

Gráfico 2 – Comparativo da Dívida Total italiana e do PIB italiano. Anos de 2000-2011.

Gráfico 3 – Razão entre a dívida externa italiana e o PIB italiano. 2000-2011.

Gráfico 4 – Razão entre o crescimento da dívida italiana e o crescimento do PIB italiano. 2001-2011.

Gráfico 5 – Taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos na Itália. 2000-2011.

Gráfico 6 – Nível de endividamento das famílias (por percentual do PIB) da Itália. 2000 e 2005-2011.

Gráfico 7 – Nível de endividamento das empresas (por percentual do PIB) da Itália. 2000-2011.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dívida Total italiana e PIB italiano. 2000-2011.

Tabela 2 – Lista dos 10 países mais endividados do mundo em fins de 2011.

Tabela 3 – Razão entre a dívida externa italiana e o PIB italiano. 2000-2011.

Tabela 4 – Razão entre o crescimento da dívida italiana e o crescimento do PIB italiano. 2001-2011.

Tabela 5 – Taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos na Itália. 2000-2011.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCE	Banco Central Europeu
EUA	Estados Unidos da América
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
IMF	Fundo Monetário Internacional
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística (Itália)
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
UEM	União Económica Monetária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMA E PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA	19
1.4 METODOLOGIA.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 O fator “preço da mão-de-obra”	22
2.2 Os objetivos originais do Euro	24
2.3 O Euro enquanto “amortecedor” das disparidades das economias.....	26
2.4 A peculiar sociedade italiana.....	28
2.5 Conclusão: A soma das fraquezas posta e exposta.....	30
3 A DÍVIDA ITALIANA.....	33
3.1 O balanço de pagamentos.....	33
3.2 O endividamento italiano	41
3.3 Taxa de desemprego e confiança do consumidor	47
3.4 Dívidas das famílias e empresas do setor privado.....	51
3.5 Conclusões acerca do endividamento italiano.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
4.1 Sobre a Itália no mundo econômico	56
4.2 Sobre o futuro do Euro e da União Europeia	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

No ano de 2008, deu início nos EUA um grande efeito dominó de falências e crises de economias nacionais ao redor do mundo, tendo como estopim a quebra de grandes bancos naquele país e as consequentes desconfianças e retração do mercado de consumo e de crédito. A crise alcançou proporções gigantescas, dada não só pela grande interligação entre as economias, mas também pela velocidade na qual a informação percorre o globo com o advento das grandes mudanças nas telecomunicações.

Um dos países, o que serve de tema para esse trabalho, é a Itália, terceira maior economia do continente europeu e que, evidentemente, foi atingida com vigor pela retração dos mercados, fato esse que sempre vem como um potente holofote focado em cima das ineficiências de uma determinada organização produtiva nacional.

Era sabido à época que nenhuma economia, por mais forte que fosse, estaria imune à crise, em razão das intrincadas teias de comércio que foram tecidas, especialmente do pós-guerra até o fim do Século XX. O que tem diferenciado as economias, separando-as entre pujantes, organizadas, sadias e condenadas tem sido, em sua maioria, o tempo gasto para que se esboçasse uma reação, ou mesmo a simples capacidade de se levantar após um primeiro *knock-down*.

E é justamente esse o ponto em que começa a emergir na problemática italiana suas peculiaridades políticas, juntamente com as suas ineficiências econômicas, adormecidas desde a criação da “Zona do Euro”. Quando olhamos para o início do ano de 2010, já podemos observar em outros países uma reversão no quadro de crise, desenhado por um impulso na produção e do consumo, com intervenção estatal decisiva nessa recuperação com foco especial de recobrar o superávit e conter a saída do capital estrangeiro nas economias consideradas “periféricas” e, nas “centrais” conter o desemprego e as consequentes pressões

populares. Em suma, garantir aos investidores, no lado financeiro da economia, a segurança e a solidez de determinada nação.

No entanto, a Itália demonstrou e ainda demonstra uma morosidade preocupante na aprovação das reformas necessárias para executar essa reversão na tendência de deterioração das contas nacionais. Fatos esses, vale ser ressaltado, devidos a corpulentos problemas políticos de longa data presentes nesse país, dada as enormes pressões e o poder dos sindicatos dentro do país, reforçados por uma cultura de uma espécie de “patronagem” presente nas relações de trabalho que datam de outros séculos. Some-se a isso uma indústria superada quase que em sua totalidade pela manufatura asiática e uma já combalida reputação e confiança nas autoridades frente ao resto do continente, personificada por um primeiro-ministro que permaneceu no cargo por quase duas décadas e que parece ter uma afinidade próxima do que é o eletromagnetismo com as colunas sociais, sempre em tom negativo e denegridor.

Temos, como grande auxílio para nosso entendimento, uma obra recente publicada por um economista espanhol, intitulada "The Tragedy of the Euro" (BAGUS, 2011). Neste livro, o autor aborda a situação da economia europeia e como a zona comum de comércio em torno de uma moeda acabou não se tornando o que se imaginava quando da sua criação.

Além desta obra, o mais recente trabalho dentre os que compõem nosso referencial, “A Dívida dos Países Ricos” (BENAKOUCHE, 2012), nos ajuda a agrupar o montante de dados reunidos e a encerrar “a outra ponta” do trabalho, a saber: fazer uma conclusão sobre o cenário econômico italiano atual, e soma-lo ao cenário sócio-político da Europa Ocidental de modo a vislumbrar um curioso e ousado panorama para o que venha a ser o futuro do Euro e dos países que o adotaram enquanto bloco econômico.

Adicione às obras acima e aos artigos contemporâneos os fatos, sendo escritos tecnicamente em tempo real e toda uma gama de dados estatísticos sobre a produção, com gráficos e “linhas do tempo”, que tem por função explicitar a evolução do quadro dessa economia desde a criação da “Zona do Euro”, passando pelas crises menores dos anos 90 e chegando até a crise que tomou lugar em 2008. E desta forma, facilitando ainda o objetivo de comparar a Itália com outros países vizinhos, de padrão similar, e também com economias de diferença clara, como China e Brasil.

Expor nos mínimos detalhes quais são e como esses pontos trouxeram abaixo a economia italiana, assunto do Capítulo 2, e porque tem se mostrado uma tarefa árdua essa recuperação, cerne da análise do Capítulo 3, constitui a essência do problema que queremos trazer à luz da análise econômica.

Por fim, o Capítulo 4 tem por objetivo discorrer sobre as alternativas para o futuro da economia italiana e europeia, com especial atenção para o futuro do Euro. Neste Capítulo, a já destacada obra de Benakouche, com enfoque em suas projeções, será de vital importância para o desenvolvimento e o entendimento do mesmo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as causas socioeconômicas que colocaram a Itália na situação em que se encontra, os motivos que dificultam a sua recuperação e os possíveis desdobramentos dos mesmos nos próximos anos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as fragilidades históricas da economia italiana oriundas das características do padrão de produção, tal qual seu desempenho na década anterior à crise e identificar a “porta de entrada” da recessão que se instalou.
- Confrontar os dados e as séries históricas do período pós-2009, que coincide com o início da recuperação mundial, com a atualização do panorama sócio-político italiano para derivar daí a influência das peculiaridades sociais na condução da economia.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho, mais do que simplesmente expor em miúdos tudo o que cercou e ainda cerca a crise na Europa e na Itália, justifica-se por abordar sob um ângulo diferente a nação em questão, a saber, a força cada vez mais comprovada de um perfil sócio-político característico, consideravelmente idiossincrático, desta sociedade na condução e no andamento das decisões econômicas.

Quando olhamos de perto a economia italiana, além dos dados de PIB *per capita*, taxa de desemprego e o título de terceira maior economia da União Europeia, nos deparamos com peculiaridades nas relações de trabalho que são, de certa forma, surpreendentes, dada a incompatibilidade das taxas de analfabetismo e educação da população com o comportamento

de certas classes de trabalhadores italianos, em que muitas vezes os sindicatos se confundem com o que seria o velho coronelismo brasileiro organizado, dessa vez, numa guilda.

Outros dados culturais também chamam a atenção, como a tradição de manter as mulheres em casa. Desnecessário, creio eu, expor como tal conduta é danosa para os números da mão-de-obra disponível no país, já que se trata de um grupo com totais condições de exercer qualquer função na produção.

E o que inspira mais cuidados na problemática italiana: a política. Moldada como uma representação que se pode chamar de fiel do Senado Romano da época do seu apogeu – não é de se admirar que estamos tratando do Estado que se estabeleceu no mesmo território que a Roma antiga e com as mesmas características culturais – com grandes demonstrações de soberba, ganância, luxúria, escândalos que são de conhecimento internacional. E, em contrapartida, uma imensurável preocupação em transmitir à população um sentimento de orgulho nacional e de felicidade. Antes, pela “política do pão e circo”. Hoje, pelo gigantesco, oneroso e hipertrofiado “estado de bem-estar social”.

Nada serve melhor de sólida exposição do problema e, desta feita, de justificativa para esse trabalho, do que a dificuldade encontrada, pelas autoridades e pela população, para levar adiante as reformas necessárias à superação da crise, com um grupo empurrando a responsabilidade na direção do outro. Pura acefalia de governo, na assepsia literal da palavra. Pura falta de comando, como queira.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho fará uso de artigos acadêmicos e até algumas obras um tanto recentes, dado que os fatos mais importantes que tratam desta crise e as soluções para ela são, eles mesmos, um tanto recentes.

No entanto, como principal aliado no esforço de descrever nos mínimos detalhes a economia italiana, teremos os periódicos europeus e as demais fontes de informação disponíveis na grande rede e na mídia escrita e televisionada. O noticiário político vem sendo um turbilhão de novidades para a esfera econômica e, logo, de grande valor para este trabalho.

Ademais, sítios de órgãos oficiais, contendo respeitável banco de dados, com gráficos e análises sobre as condições que mostram a deterioração da economia desta nação, o posterior fomento à “janela de oportunidade” para uma crise e as atitudes que estão sendo e/ou deveriam ser tomadas para uma fuga rápida e definitiva.

Sem esquecer, é claro, de autores de obras-chave para o entendimento da questão que propomos aqui esclarecer, sendo eles: Bagus (2011), Perkins (2004) e a mais recente obra de Benakouche (2012).

Em suma, todo o aparato técnico e teórico disponível será colocado à disposição para evidenciar como o cenário sócio-político italiano se encontra e sua influência decisiva na esfera econômica, tais quais as consequências dessa dinâmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como foi exposto nos objetivos deste trabalho, devemos tratar de apresentar o que foi fator causador da instauração do cenário de crise na Itália. Cuidaremos de expor, nesse capítulo, o que de importante aconteceu no cenário econômico em todo o globo, assim como os aperfeiçoamentos e transformações no modo de produção da sociedade.

Abordar-se-á, como ponto de partida as mudanças estruturais dos parques industriais na década de 90 e a criação e adesão do Euro enquanto moeda comum de todo um continente, com economias em diferente nível de eficiência produtiva.

2.1 O fator “preço da mão-de-obra”

Com a competição entre as firmas ao redor do globo se intensificando em razão do florescimento das agora muito maiores trocas e interações entre as nações, que se devem aos imensos avanços tecnológicos alcançados em fins da década de 80 e início da década de 90, chegamos ao ponto em que qualquer vantagem competitiva, de qualquer natureza competente ao processo produtivo, passa a ser de suma importância para as grandes corporações. Posto isso, tornar os custos de produção, em todos os segmentos imagináveis, desde a extração e negociação da matéria-prima no seu mais bruto estado até a chegada ao consumidor da “grande empresa”, tratando-se aqui dos atacadistas e varejistas, dependendo do ramo em questão.

O conhecimento acerca das matérias-primas – extração e negociação – tornou-se praticamente isento de informação assimétrica, uma vez que:

- a) as grandes empresas tem pleno conhecimento, em razão do já referido advento tecnológico e da maior “velocidade” da informação, sobre o material que irá compor seu produto, onde ele se localiza e como ele pode ser conseguido;

- b) as empresas que tratam da matéria-prima que servirá às grandes empresas transformadoras, dos grandes parques industriais e que empregam grandes contingentes, em sua maioria, encontram-se numa situação de pouco poder de barganha frente aos consumidores, por se tratar de trabalho pouco qualificado ou de recurso abundante, ou ainda insumo de demanda inelástica, o que arrasta o caso do “preço da matéria-prima” para um cenário praticamente estático e de rara possibilidade de obtenção de vantagem competitiva;

Com efeito, o rumo da redução de custos de produção das grandes corporações passa por custos de transporte, em que também a oferta de soluções é tecnicamente a mesma para todos os que concorrem entre si, temos o fator “preço da mão-de-obra”.

E é o que nos traz a um dos fatores mais importantes da problemática italiana.

Quando trazemos à luz da discussão todo o histórico de lutas de classes na Europa Ocidental a partir da Revolução Industrial, em meados do Século XVIII, relembramos as revoltas do proletariado em busca de condições dignas de trabalho, os movimentos grevistas, manifestações e até mesmo as depredações do maquinário de onde trabalham, temos como resultado os fortes sindicatos que pressionam os legisladores por contínuas reformas no que tange à proteção da força de trabalho e de seus respectivos direitos.

Tais reformas não são conseguidas facilmente, em razão de incorrer em aumento do custo de produção, ocasionados pelos artifícios que representam essa maior proteção ao trabalhador, a saber, o limite de horas das jornadas semanais de trabalho, piso das remunerações, licenças médicas, entre outras.

Como toda economia cuja ordem sócio-política já é relativamente madura, como é o caso da Europa Ocidental em sua totalidade, o custo da mão-de-obra nessas economias é mais alto do que em países não alinhados ao “padrão de produção” concebido e consolidado nas democracias do Ocidente ao longo do Século XX. Por essa razão, a não ser que o processo de transformação dos bens dentro dos parques industriais, aquele que deve ser operado por homens e mulheres de maneira presencial, demande certo nível de instrução ou qualificação, o parque industrial deste ou daquele ramo da indústria pode ser transferido para outra nação

onde não haja organizações sindicais atuantes – por falta de capacidade ou repressão de um governo central – como se apresentaram as economias do Oriente na década da qual tratamos.

É claro que outros fatores devem ser levados em consideração – e assim serão – acerca dessa mudança dos parques industriais para as economias orientais e também do cenário de crise configurado na Itália. Ademais, outras idiossincrasias da sociedade italiana precisam ser trazidas à essa discussão. No entanto, nesta seção, é importante ter em mente em que o *Welfare State* europeu e, especificamente no nosso caso, italiano, pesou para o arrefecimento da taxa de crescimento da economia nacional.

2.2 Os objetivos originais do Euro

Ao passo que ocorreram as mudanças na esfera produtiva como expostas na seção anterior, na mesma época tomavam corpo na Europa os planos que tratavam de instaurar uma moeda que fosse comum às economias que optassem por participar de um acordo de livre comércio e que consentissem em cumprir pontuais diretivas para que tal “bloco econômico” fosse harmonicamente operado e regulado.

Justamente quando as transformações nos parques industriais ao redor do mundo se intensificavam, no início da década de 90, os principais nomes da política europeia à época, como Helmut Kohl, Chanceler da Alemanha e François Mitterand, Presidente da França, traziam de volta a discussão sobre uma moeda única em circulação nas grandes economias europeias, primeiramente esboçado na década de 70 por Pierre Werner e reformado, por assim dizer, em 1986 por Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia por todo o período que nos é importante para esse Capítulo.

Segundo Bagus (2011), a “reforma” dada pela iniciativa de Delors, com alto nível de detalhe sobre os procedimentos a serem adotados para a instauração da moeda única, fez com que a empreitada ganhasse força e adeptos importantes, como ex-presidentes de França e Alemanha fundando, em 1987, uma associação em prol da adoção da união monetária, a “*Association for the monetary union of Europe*”, que logo teve como membros corporações como Volkswagen e Daimler-Benz.

Por outro lado, a ideia de uma moeda única sofreu forte oposição tanto do Bundesbank, o Banco Central Alemão, quanto da comunidade acadêmica à época, por uma razão simples de ser compreendida (e que hoje se apresenta bem clara): a união econômica, representada pela nova moeda única não viria acompanhada de uma união política entre as nações envolvidas, uma vez que esta se encontrava muito longe de acontecer em razão das disparidades entre o que rezava cada uma das Constituições Nacionais envolvidas, somadas as diferenças que se apresentavam entre as sociedades envolvidas *per se*. Em suma, o que cada nação, ao extensivo custo do capital político de seus líderes, estava disposta a ceder, mudar e receber em troca de uma união mais estável das nações formatadas em um bloco econômico.

No entanto, apesar da forte oposição de grupos como os citados acima, e com a clara exposição de que uma união econômica que não acompanhasse os “nivelamentos” políticos necessários tornaria a mesma “sensível a choques” e, por conseguinte, arriscada, em 1991 foi assinado o Tratado de Maastricht, que trabalharia de acordo com o “Relatório Delors” ao longo de quase uma década para tornar concretos os esforços detalhados no plano, em parceria com o recém-criado Instituto Monetário Europeu, que deu origem ao Banco Central Europeu para que culminassem, em 1999, na introdução do Euro nos países em questão. (BAGUS, 2011).

Por mais vilanizado que a iniciativa tenha sido ao longo desta seção, vale lembrar aqui, no sentido de amenizar as críticas, o propósito ao qual ela servia: o de tornar a “Zona do Euro” mais economicamente robusta frente às literalmente “devoradoras ameaças” de economias como EUA e Japão, nos campos com produtos de grande valor agregado, e do Oriente, no campo da hospedagem dos parques industriais geradores de emprego. E inegavelmente a criação de uma moeda única se apresentava sim como uma saída a médio-prazo. Com a união das mais relevantes economias da Europa em torno de uma só moeda, custos de transação seriam eliminados dentro desse bloco, tornando empresas e nações mais competitivas e, como se apresenta na próxima seção, se transmutaria no impulso necessário às economias que não estavam dentre as “centrais” da Zona do Euro para que o investimento crescesse nesses países e, por sua vez, a geração de capital endógena tivesse seu aumento.

Ainda segundo Bagus (2011), a grande vontade política dos que detinham esse poder no período em questão foi determinante para a aprovação do pacote de medidas e, principalmente, para a lapidação dos critérios que seriam adotados dentro dessas medidas. E

sem esquecer, do que lamentavelmente seria abandonado, a saber grandes parte dos requisitos mínimos para os aspirantes ao bloco, para que a união se assentasse.

2.3 O Euro enquanto “amortecedor” das disparidades das economias

Quando vamos mais a fundo nos motivos pelos quais tanto o Banco Central Alemão quanto a Comunidade Acadêmica se puseram contra a criação da moeda única – ou, ao menos, se puseram contra a criação naqueles moldes que se propunha, sem uma unificação política que acompanhasse – encontramos como ponto nevrálgico as disparidades de força, competitividade e regulação entre as economias do bloco, que estariam à mercê da capacidade e da responsabilidade dos governantes de cada uma.

De acordo com Bagus (2011), mais adiante em sua obra, a vontade política, apontada na seção anterior como determinante para a aprovação e implantação do plano do Euro teve, como seu grande feito o desaparecimento do Marco Alemão, para países onde a inflação tem efeito nefasto no cenário político e onde as organizações sindicais apresentam comportamento menos flexível, de modo que fez com que países de poderio econômico menor que o alemão obtivessem direito de senhoriagem sobre uma moeda de grande força. O padrão anterior colocava as nações menos pujantes em situação de emissão de papel-moeda quase compulsória, em nome da competitividade, o que incorria em alterações nas taxas de inflação. O esvanecimento dessa moeda para termos de comparação tornou as manobras políticas na esfera financeira significativamente mais fáceis, uma vez que o Euro assumiria, muito a contragosto dos países do Norte da Europa com moeda estável, o papel de moeda única para todos as economias inseridas no bloco.

Voto vencido na votação do conselho, a Alemanha abandonou o Marco e, desta feita, não só a mesma sofreu um evidente golpe na sua “pujança monetária” frente ao continente, como os cidadãos dos países do Sul da Europa perderam seu referencial para comparação de suas moedas nacionais.

E são nestes dois pontos que nos encontramos novamente com dois aspectos fundamentais da problemática italiana: i) as ferrenhas organizações laborais, cunhadas com anos de história de luta por conquista de direitos que se fundem com a cultura “fraternalista”

que pode assumir a conotação tão explorada nos filmes policiais quando desafiada e; ii) a maneira infantilmente populista e irresponsável com a qual a política italiana foi conduzida nas últimas duas décadas, com um nome sobressaindo como grande responsável: Silvio Berlusconi.

A introdução do Euro viria a tornar as emissões de papel-moeda com o objetivo de financiar as dívidas públicas menos evidentes aos mais atentos, uma vez que o direito à senhoriagem havia agora sido concedido a todas as nações do bloco.

Diferentemente do cenário anterior, onde a Alemanha, enquanto nação economicamente hegemônica na Europa, tecnicamente coagia as medidas monetárias de seus vizinhos, dada que as emissões de moeda deste país, e consequentes desvalorizações de seu câmbio, forçavam os demais a uma correção em nome da competitividade no mercado internacional.

Novamente, a Itália se apresentava como o clássico cenário onde isso seria evidentemente usado – e factualmente foi – com intuito de apresentar ao fim do exercício, a cada ano, um resultado com números satisfatórios que esconderiam a realidade do país.

Seguindo, temos a senhoriagem como um grande auxiliador neste processo, podendo o novo papel emitido ser usado para a compra de títulos do governo, como segue a explicação de Bagus (2011, p. 39, tradução própria):

O retorno líquido dos juros resultante dos bens é senhoriagem e é transmitido ao fim do ano ao Governo. Como resultado da introdução do Euro, a senhoriagem foi socializada na União Econômica e Monetária. Bancos Centrais tinham de enviar as receitas dos juros ao Banco Central Europeu. O Banco Central Europeu transmitiria seus próprios lucros ao fim do ano. Pode-se imaginar que isto seria um jogo de soma zero. Mas não é. O Banco Central Europeu transmite lucros aos bancos centrais nacionais baseado não nos bens possuídos pelos bancos centrais individuais, mas baseado no capital que cada banco central possui no Banco Central Europeu. Esse capital, por sua vez, reflete população e PIB, e não os bens dos bancos centrais nacionais.

Concluindo, para a Itália, assim como para as demais economias com menor poder de competitividade do novo bloco formado, como por exemplo, Portugal e Espanha, a introdução

do Euro representou a ferramenta ideal às autoridades políticas e econômicas desses países no esforço nem tão nobre assim de “afrouxar” um pouco o “nó da responsabilidade fiscal” e tornar os gastos do Setor Público mais largos e menos aparentes.

2.4 A peculiar sociedade italiana

A recente menção a Silvio Berlusconi, na seção anterior, constitui um oportuno adendo ao raciocínio econômico puro, baseados em dados e cálculos.

O político em questão, que também é bilionário, magnata das telecomunicações, dono de um famoso clube de futebol da cidade de Milão, entre outras atividades, é mais conhecido ao redor do mundo pelas inúmeras vezes que estampou a capa dos tabloides sensacionalistas e escandalosos, que tratam especificamente da vida alheia *e nada mais*, devido ao seu insigne talento para operar extravagâncias, protagonizar vexames e “ceder ao encanto” de mulheres mais jovens, até mesmo abaixo da idade legal.

Berlusconi, que assumiu o posto de Primeiro-Ministro italiano pela primeira vez em 1994, esteve nesta posição por um total de 9 dos 17 anos que se seguiram e, nos períodos ausente, jamais afastou do cenário político da Itália sua influência e seus discursos pomposos, regados a copiosas doses de senso comum.

Durante todo o período em que esteve efetivamente no cargo de Primeiro-Ministro, além dos escândalos já mencionados acima, foi acusado também de: abuso de poder, fraude fiscal, corrupção, suborno, falso testemunho, suborno e até mesmo, ligações com a *Cosa Nostra*, a máfia italiana, como contam Hooper (2011), Mensurati (2002), entre outros.

Silvio Berlusconi não é apenas uma figura representativa da sociedade italiana. Ele é a mais pura expressão dos problemas e das contradições que, quando combinadas, resultaram no turbilhão de problemas econômicos que estarão expostos nos Capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

Um dos tópicos mais abordados quando se reflete sobre o impacto que a cultura da sociedade italiana implica nas decisões econômicas é o que dá conta das organizações

laborais, também conhecidos como sindicatos. Essas organizações, fundadas há cerca de um século, tem grande influência, ainda que de difícil percepção num primeiro momento, nos rumos da política e da economia da nação.

Vale lembrar que os sindicatos italianos se apoiam basicamente em três “pilares” para que possam exercer tal força, a saber: i) o Welfare State, ou Estado de Bem Estar Social, italiano, amplamente instalado em todas as nações europeias, porém agindo com mais força e consequente ônus aos cofres públicos em países onde há um extenso histórico de lutas por direitos humanos e trabalhistas – caso especial de Itália e França – no sentido de dar proteção e amparo financeiro, direta e indiretamente, a todas as classes sociais, estando os aposentados entre os mais beneficiados; ii) a força política que lograram reunir ao longo do tempo que, por sua vez, tem resultado decisivo nas urnas, fazendo com que seja fortemente desestimulado e inaconselhável aos políticos interessados nas vitórias eleitorais – quase uma coação propriamente dita – desagradar essa classe e, por fim; iii) a cultura paternalista e tradicional italiana, que atrasa e restringe a entrada de jovens e especialmente mulheres no mercado de trabalho, ainda nos dias de hoje.

Essa última característica, aliás, é responsável por um comportamento curioso da taxa de desemprego geral e entre os jovens ao longo do período estudado, de fragilidade da economia italiana. Em razão desta convenção social, de tender a “manter as mulheres em casa” dificultando sua entrada no mercado de trabalho especialmente nas regiões mais conservadoras, somada aos outros aspectos da cultura italiana vistos, será crucial para o entendimento da taxa de desemprego que se mostrou atipicamente estável durante quase toda a década de 2000. Os detalhes mais adiante no Capítulo 3.

Sobre essa força do *status quo* na sociedade italiana, e sua relação com o panorama econômico preocupante que vigorava já antes da crise de 2008, e agora parece enraizado em níveis profundos demais para ser solucionado no curto prazo e/ou sem amplas reformas, Donadio afirma (2011, tradução própria):

O intrincado sistema político e de patronagem da Itália, as pensões supergenerosas, e as proteções trabalhistas, combinada com uma excessiva teia de regulações que destroem a competitividade, são frequentemente citadas como os principais culpados de um resultado econômico lamentável que é visto como a raiz dos problemas italianos.

É de certa forma intuitivo, mas não é prolixo lembrar que, com a escalada da dívida da nação, das empresas e das famílias, o aumento da corrupção se tornou claro, como causa e consequência, especialmente no sul do país, historicamente mais pobre e, obviamente mais suscetível às tentações que o submundo do crime oferece. Tais números dessa dívida serão vistos na exposição dos números da economia italiana.

Além disso, e dando enfoque aqui a esse submundo, houve também um aumento das mais diversas transgressões da Lei, que tem forte presença na cultura da Itália, através de organizações criminosas, com mais organização e seriedade que muitos setores do Governo Central, cujo *modus operandi* nos remete aos *fascios* do fim do século XIX e início do século XX, grupos de militância política de extrema-direita, reconhecidos pelo desmedido fanatismo e a intensa repressão com a qual combatiam opiniões adversas, e acabou culminando no fascismo, que ascendeu ao poder em 1922 e arrastou a Itália para a Segunda Guerra Mundial, lutando pelo lado que sairia derrotado.

Por todos estes motivos, que serão ainda mais esmiuçados com o auxílio dos dados no próximo Capítulo, a sociedade italiana constitui parte fundamental para a compreensão dos problemas deste país.

2.5 Conclusão: A soma das fraquezas posta e exposta

Ao longo deste Capítulo, foi exposto, inicialmente através do encarecimento da mão-de-obra e a conseqüente perda de competitividade das indústrias italianas frente às nações em desenvolvimento, as razões mais importantes no que tange ao enfraquecimento da economia deste país.

Um olhar sobre a história da Europa Ocidental e das lutas dos trabalhadores por salários dignos, descanso adequado e condições de trabalho compatíveis fomentou, quando se considera toda a trajetória dessas lutas iniciadas no início do século XIX, uma das vertentes

do que convencionamos chamar Welfare State, nome dado ao sistema de proteção social que é estendido a grande maioria da população das nações da União Europeia, e oferece inúmeros benefícios, sendo o principal – e mais oneroso – deles o mecanismo de previdência social aos aposentados.

Essa proteção social articulada ao longo do século XX nos moldes que é conhecida hoje tornou o ônus há pouco mencionado em um peso demasiado grande aos cofres das nações onde está instalado e, não havendo possibilidade num curto prazo de alcançar uma solução que não fosse antipática na esfera político-eleitoral, observou-se a maior incidência das manobras financeiras pelos Governos Centrais de modo a financiar suas dívidas com o processo de *rolagem*. Em detrimento, é claro, de um incentivo mais consistente e eficaz à indústria de bens duráveis e não-duráveis, o que fez com que apenas as maiores corporações sobrevivessem com *relativa* saúde nas contas.

Tais medidas foram amplamente utilizadas com a introdução do Euro enquanto moeda única da UEM (inclusive sendo largamente louvadas quando da concepção do mesmo, com grandes companhias europeias fazendo forte lobby em seu favor) o que permitiu uma descentralização da senhoriagem dentro da Europa Ocidental. Com a redistribuição dessa senhoriagem, nações de pequeno e médio porte puderam operar suas máquinas financeiras para a rolagem da dívida e a conseqüente sustentação, ainda que muito aquém de um patamar digno, das contas nacionais no curto prazo.

Em seguida, foi exposto o porquê desta excessiva preocupação com o curto-prazo das autoridades italianas quando se discorreu acerca da história da sociedade italiana, que teceu uma complicada teia de peculiaridades a partir, principalmente, da história das lutas sindicais, da patronagem e do paternalismo tão intrínsecos a cultura deste país. Dado que o Euro agora permitia as manobras evidenciadas acima, era duplamente desnecessário, na visão das autoridades uma reforma, que seria morosa e impopular dentro dos tão influentes sindicatos e demais organizações de trabalho, nos mais diversos setores do organismo socioeconômico de modo a devolver a capacidade competitiva da indústria italiana e recuperar os números positivos via lado real da economia.

Entretanto, tal mecanismo encontrou seu esgotamento de maneira até mais precoce – e certamente muito mais brusca – do que o horizonte permitia enxergar com a crise dos *subprimes* em 2008.

A crise evidenciou falhas gravíssimas de eficiência nas Leis e no setor produtivo desta nação e das demais do bloco europeu que, somadas à já clara ascendente da dívida desses países e à dificuldade de se colocar em prática as reformas que sabidamente são necessárias para a inversão no sentido que agora apontam os indicadores econômicos, traz a Itália, objeto desse estudo a um cenário tenebroso, onde o Governo se vê praticamente de mãos atadas no que tange a não causar um problema ainda maior dentro da sociedade.

Caso ocorra uma encorpada insurgência de movimentos sociopolíticos no sentido de derrubar a ordem vigente, o Governo Central será forçado a frear as reformas, ainda que a um custo econômico gigantesco, para que o medo dos investidores, que já é grande frente os recentes e consecutivos rebaixamentos das notas de classificação de risco italianas, não seja ainda maior, o que criaria um apavorante efeito *bola de neve*, envolvendo menos confiança, menos investimentos, turbilhão sociopolítico e, novamente, menos confiança.

Tais condições para que se desencadeie esse terrível processo estão postas, tanto no cenário político, como foi visto ao longo deste Capítulo, como no econômico, como será posto com dados e análise dos mesmos no próximo Capítulo. De qualquer maneira, a Itália, como já é de conhecimento geral levando em conta apenas os fatores políticos e sociais, precisa levar a frente as reformas dentro da nação, por constituírem ponto crucial na recuperação da confiança do resto do mundo, tão abalada pelos inúmeros escândalos de corrupção e irresponsabilidade fiscal e administrativa, e a conseqüente recuperação da nação propriamente dita, que é vital para a União Europeia.

3 A DÍVIDA ITALIANA

Trataremos, a partir de agora, de expor os principais indicadores econômicos da situação da Itália, com especial atenção a deterioração de suas contas ao longo dos anos 2000 e a acentuação dessa deterioração com a crise dos *subprimes*, que estourou nos Estados Unidos em fins de 2008 e se refletiu no mundo todo.

3.1 O balanço de pagamentos

Apresentaremos aqui a evolução do balanço de pagamentos italiano, no período que compreende os anos de 2000 a 2011, de modo a demonstrar o massivo declínio da “saúde” das contas desta nação.

Ao longo deste trabalho, foi verificada, por razões que ficarão óbvias, a necessidade da discriminação completa do balanço de pagamentos, assim como informada no Relatório Anual do Banco Central Europeu.

Para a explanação da problemática a seguir, teremos grande demonstração das ações políticas na esfera econômica, especialmente no combate a crise de 2008, o que torna evidente, como se verá, que certos itens da discriminação apresentam grande variação em seu comportamento resultante dessas medidas, daí a ímpar necessidade da apresentação do balanço de pagamentos integral.

Posterior à apresentação dos dados, seguirá uma análise do próprio autor, que almeja que a mesma seja breve, concisa e que não fuja aos pontos nevrálgicos da exposição de dados.

Vamos a eles:

Figura 1 – Balanço de Pagamentos da Itália. 2000-2001.

ITALIAN BALANCE OF PAYMENTS		
<i>(balances in billions of euros)</i>		
	2000	2001
Current account	-6.3	-0.7
Goods	10.4	17.4
Exports	260.9	273.6
Imports	250.5	256.2
Services	1.2	..
Income	-13.1	-11.6
Transfers	-4.7	-6.5
EU institutions	-4.9	-5.6
Capital account	3.2	0.9
Intangible assets	-0.1	-0.3
Transfers	3.3	1.2
EU institutions	3.6	1.7
Financial account	4.3	-3.3
Direct investment	1.1	-7.4
Portfolio investment	-26.3	-7.6
Financial derivatives	2.5	-0.5
Other investment	30.0	11.7
Banks (1)	29.5	27.6
Change in official reserves	-3.1	0.5
Errors and omissions	-1.2	3.1

(1) MFIs, excluding the Bank of Italy.

Fonte: Relatório do BCE. 2001.

Nos primeiros anos da introdução da moeda única, com foco no ano de 2001, apenas destacamos a piora no quadro da conta financeira, puxada especialmente por: i) uma virada no investimento direto, que foi freado internamente, com maior movimentação nos externos e também; ii) nos investimentos indiretos, tratados como “*other investment*” (outros investimentos), que não os feitos por bancos privados.

Esses bancos privados e seus investimentos, somados aos investimentos em portfolio – ou investimentos em carteira – foram responsáveis por não tornar essa queda ainda maior nos números da conta financeira.

A conta capital apresentou pouca variação em seus números, característica que é peculiar à economia italiana como se verá adiante. A conta corrente em 2001, apesar do déficit, teve uma melhora puxada pelo maior *quantum* alcançado nas exportações, frutos de uma maturação do saldo positivo, ainda que pequeno, do investimento direto interno do ano anterior.

Vejamos agora como o balanço de pagamentos se apresentou nos quinquênio seguinte, compreendendo os anos de 2002 a 2006:

Figura 2 – Balanço de Pagamentos da Itália. 2002-2006.

Table 10.1

Balance of payments (1) (billions of euros)					
	2002	2003	2004	2005	2006
Current account	-10.0	-17.4	-13.1	-23.4	-37.9
Goods	14.0	9.9	8.9	0.5	-9.5
Exports	267.6	263.6	283.3	299.4	331.9
Imports	253.5	253.7	274.5	298.9	341.5
Services	-3.0	-2.4	1.2	-0.5	-1.5
Exports	63.8	63.4	68.2	71.9	78.4
Imports	66.8	65.8	67.0	72.4	79.9
Income	-15.4	-17.8	-14.8	-13.6	-13.6
Transfers	-5.6	-7.1	-8.3	-9.8	-13.3
of which: EU institutions	-5.7	-6.3	-6.5	-8.1	-8.3
Capital account	-0.1	2.3	1.7	1.0	1.9
Intangible assets	-0.2	-0.1	..	0.1	-0.1
Transfers	0.1	2.3	1.7	0.9	2.0
of which: EU institutions	1.6	3.6	2.8	3.4	3.8
Financial account	8.5	17.3	9.0	20.8	35.5
Direct investment	-2.7	6.5	-2.0	-17.6	-2.3
Outward	-18.2	-8.0	-15.5	-33.6	-33.5
Inward	15.5	14.5	13.5	16.0	31.2
Portfolio investment	16.1	3.4	26.4	43.4	54.8
Equities	-13.2	-16.0	0.5	-16.0	-8.8
Assets	-6.0	-13.8	-12.9	-20.0	-19.3
Liabilities	-7.2	-2.2	13.4	4.1	10.5
Debt securities	29.3	19.4	25.9	59.3	63.6
Assets	-10.9	-37.3	-8.2	-67.0	-20.3
Liabilities	40.2	56.6	34.1	126.4	84.0
Financial derivatives	-2.7	-4.8	1.8	2.3	-0.4
Other investment	1.0	13.7	-19.6	-8.2	-17.0
of which: banks (1)	-41.7	40.6	-10.0	27.0	44.0
Change in official reserves	-3.1	-1.4	2.3	0.8	0.4
Errors and omissions	1.5	-2.2	2.3	1.6	0.5

(1) MFIs, excluding the Bank of Italy.

Fonte: Relatório do BCE. 2006.

Observa-se, já nos primeiros anos da instituição da UEM, uma deterioração na conta corrente italiana, puxada principalmente pelo saldo negativo da importação/exportação de bens. Os serviços, assim como as transferências, apresentam números que, apesar de não serem nada animadores, possuem certa estabilidade ao curso dos anos em questão. E, até então, a conta capital apresenta números estáveis e praticamente irrisórios, dada a magnitude dos valores que estamos aqui tratando.

Em situação oposta, deve-se observar também que, apesar de a conta financeira apresentar saldo positivo, praticamente todos os subitens dessa conta apresentam deterioração, com especial atenção à diferença negativa entre os investimentos diretos internos e externos, refletindo o enfraquecimento da economia local. Ainda muitíssimo importante ressaltar que a conta financeira está sendo mantida positiva pela já comentada “compra de títulos do Governo”, representada aqui pela alcunha de “*portfolio investment*” (investimentos em portfolio), compra esta feita com a emissão de nova soma de papel-moeda, cujo mecanismo também já foi exposto.

Vamos agora prosseguir, vendo os dados que representam o restante da década que nos interessa, com o balanço de pagamentos que compreende os anos de 2007 a 2011. Vamos a eles:

Figura 3 – Balanço de Pagamentos da Itália. 2007-2011.

Table 12.1

Balance of payments (1) <i>(billions of euros)</i>					
	2007	2008	2009	2010	2011
Current account	-19.9	-44.9	-30.2	-54.7	-51.5
Goods	3.2	-2.1	0.8	-20.9	-16.6
Non-energy products (2)	47.9	55.3	41.5	29.5	43.3
Energy products (2)	-44.6	-57.5	-40.7	-50.4	-59.9
Services	-7.1	-8.6	-8.4	-9.2	-7.0
Income	-1.2	-19.4	-10.4	-8.3	-12.0
Transfers	-14.8	-14.8	-12.2	-16.3	-15.9
<i>of which: EU institutions</i>	-8.4	-9.9	-7.0	-10.1	-10.4
Capital account	1.8	-0.2	-0.1	-0.6	0.4
Intangible assets	-0.5	-1.0	-0.6	-0.7	-0.4
Transfers	2.3	0.9	0.5	0.2	0.8
<i>of which: EU institutions</i>	3.3	2.2	1.6	1.5	2.7
Financial account	29.2	31.4	37.3	86.7	73.5
Direct investment	-38.3	-53.1	-0.9	-17.7	-13.1
Outward	-70.3	-45.7	-15.3	-24.7	-34.0
Inward	32.0	-7.4	14.5	6.9	20.9
Portfolio investment	5.6	75.2	28.1	38.5	-34.4
Equity and investment funds	-5.9	61.9	2.6	-37.9	9.1
Debt securities	11.5	13.3	25.5	76.4	-43.5
Financial derivatives	-2.8	1.9	4.3	-4.7	7.5
Other investment	66.2	13.0	5.7	71.8	114.4
<i>of which: monetary financial institutions (3)</i>	83.0	-18.5	-2.4	8.3	-73.2
Change in reserve assets (4)	-1.5	-5.6	0.1	-1.0	-0.9
Errors and omissions	-11.1	13.7	-7.1	-31.5	-22.4

(1) From 2008 onwards the data in the table were obtained using the new system for gathering and compiling Italy's balance-of-payments statistics. The series prior to 2008 have been reconstructed for the sake of continuity with the later data. – (2) Based on Istat foreign trade data. – (3) Excluding the Bank of Italy. – (4) A minus sign indicates an increase in reserves.

Fonte: Relatório do BCE. 2011.

Nota-se, de imediato, a necessidade do BCE de elaborar um relatório mais detalhado e com mais discriminações, dada a evolução e a importância de certos itens do compêndio.

Na segunda metade da década de 2000 em diante, é impressionante a vertiginosa decrescente que a economia italiana adentra. Seguimos observando uma deterioração da conta corrente, porém agora não só nos bens, mas também os serviços e as transferências apresentam números negativos. O saldo negativo total dessa conta mais do que dobra de 2007 para 2008 – o “ano do estouro da bolha” americana – com assombrosa evolução de 125,62% do mesmo e, ao fim de 2011, galopava rumo ao triplo do déficit registrado em 2007, com evolução total no período de 158,79%.

Vale notar que o estrago só não foi mais acentuado devido ao arrefecimento da escalada do déficit no ano de 2009, puxado por uma severa redução do investimento direto externo – da ordem de 66,52% – que mostra claramente o pânico e a desconfiança gerada pela crise americana, que clamou seu lugar no mundo econômico no ano anterior, e ainda estava longe de ser solucionada.

A conta capital permanece apresentando números de pouca relevância para o estudo dos reflexos da introdução da UEM no cenário italiano.

E chegamos à conta financeira. Quando se observa o comportamento da mesma nos balanços de pagamento do período, enquanto o investimento direto apresentou números, em sua maioria, negativos, com a exceção do ano de 2009, pelos motivos já tratados acima, o famigerado “investimento em portfólio” teve um comportamento um tanto ausente de ergodicidade.

O primeiro destaque fica com o investimento direto, que vinha em franca deterioração com um máximo negativo (53 bilhões de euros), coincidente com o ano do estouro da crise americana, o que logicamente foi reflexo do impacto severo na confiança dos investidores.

Toma lugar nos anos seguintes, os de 2009 e 2010, uma recuperação dos investimentos diretos, ainda não suficiente para apresentar um superávit neste subitem, puxados pelo interno em detrimento do externo e, ainda mais interessante, teve como contrapartidas: i) um considerável aumento nos investimentos em carteira, sendo representado

quase que em sua totalidade, pelo “*debt securities*” (seguranças, ou garantias, de débito), em detrimento dos fundos de investimento propriamente ditos e; ii) aumento nos investimentos indiretos que não aqueles operados por instituições financeiras e/ou monetárias.

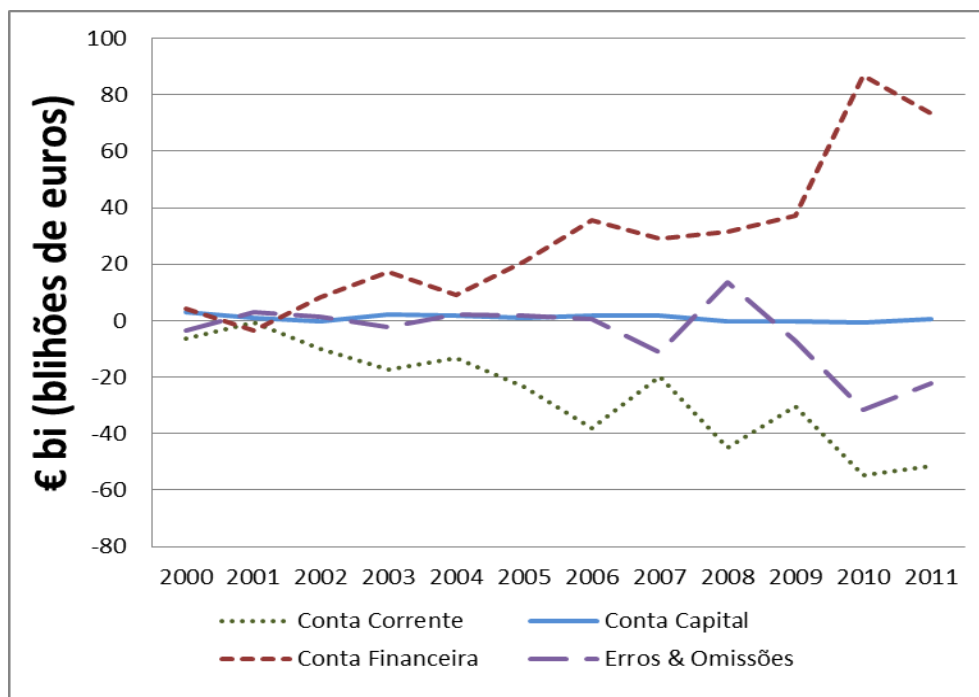
A junção deste conjunto de fatores observado nos permite esmiuçar o que ocorreu à época: após o choque de confiança advindo da crise de 2008, as autoridades competentes italianas intentaram em acalmar os investidores sobre a segurança de investir em seu país. Tal tranquilidade nunca é, nesse meio, simplesmente conseguida com discursos e entrevistas e o governo precisou agir na esfera econômica com os famosos “pacotes de medida”, que visam incentivar o lado real da economia, com reduções tarifárias, subsídios diretos a setores mais afetados, entre outras. Sem um razoável espaço de manobra, dada a deterioração recorrente das contas nacionais, ano após ano, mais dos mecanismos de emissão de papel-moeda e de usufruto da senhoriagem advinda dos juros ao fim de cada exercício foi utilizado, desta vez em maior escala.

Além disso, os cortes na arrecadação de impostos, em forma de incentivos ao setor produtivo apontaram para uma decente maturação nos anos seguintes. Apesar dos investimentos diretos ainda apresentarem, em 2011, números negativos, eles já refletem uma melhora, no que tange aos investimentos internos, resultante da maturação do pacote de medidas tomado frente à crise.

Por último, nos resta atentar para o declínio monstruoso, de 2010 para 2011, das contas referentes a “outras instituições financeiras monetárias e financeiras” – de um *superávit* de cerca de 8 bilhões de euros para um *déficit* de mais de 73 bilhões de euros – que, como é sabido, consumiram largas somas de capital fornecidas pelo setor público para que não viessem todas à falência, numa espécie de “efeito dominó” iniciado pela quebra da confiança nessas instituições, tão expostas e fragilizadas com a crise posta.

Finalizando, vejamos a evolução do balanço de pagamentos ao longo do período em um gráfico, com curvas para cada conta do referido demonstrativo econômico:

Gráfico 1 – Evolução do Balanço de Pagamentos da Itália dos anos de 2000-2011.

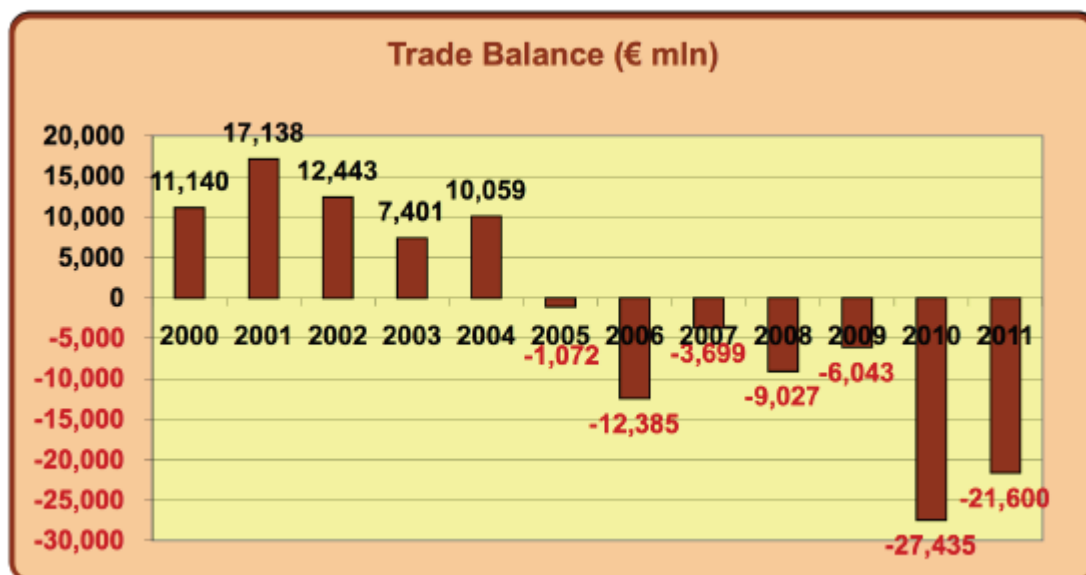


Fonte: Dados de relatórios do BCE. 2001, 2006 e 2011. Elaboração do autor.

Fica um tanto claro com a exposição do gráfico: i) deterioração maciça da conta corrente, com déficit em franca ascensão, em razão da perda de competitividade da indústria nacional com interferência no aumento das importações e; ii) a escalada da conta financeira na participação no balanço de pagamentos, representada pela categórica, porém nada nobre, transferência da cada vez mais capital para resgatar as instituições financeiras, o que constitui um desserviço ao setor produtivo do país.

Por fim, a balança comercial *per se*, que como se poderá observar, demonstra tudo o que já foi analisado até o momento: queda do superávit e entrada no déficit em razão da perda de competitividade e da maior influência do aparato financeiro pelas autoridades de modo a ajustar a economia de maneira menos dolorosa. Seguem os dados:

Figura 4 – Balança comercial da Itália (em milhões de euros). 2000-2011.



Fonte: Mazziero Research Institute. 2012

Passemos agora a exposição da dívida italiana propriamente dita.

3.2 O endividamento italiano

Como foi visto na seção anterior, ficou claro que o balanço de pagamentos italiano apresentou dificuldades para ser mantido em decente equilíbrio já no início do período abordado e também que, ao longo do mesmo período, o relatório apresentou deficiências em todos os setores da economia italiana, com nefastos aumentos nos *déficits* e com números ainda piores na fase pós-crise de 2008.

Sobre o processo das manobras financeiras feitas, visto na seção anterior, e que tem larga influência sobre os dados que seguem, Benakouche (2012, p.71) coloca pontualmente que “nesse processo de criação monetária de moeda-crédito há maiores ganhos reais dos bancos comerciais em seus créditos ao Estado, ou seja, no financiamento de *déficits* públicos”. Daí, a importância e a recorrência do uso deste instrumento.

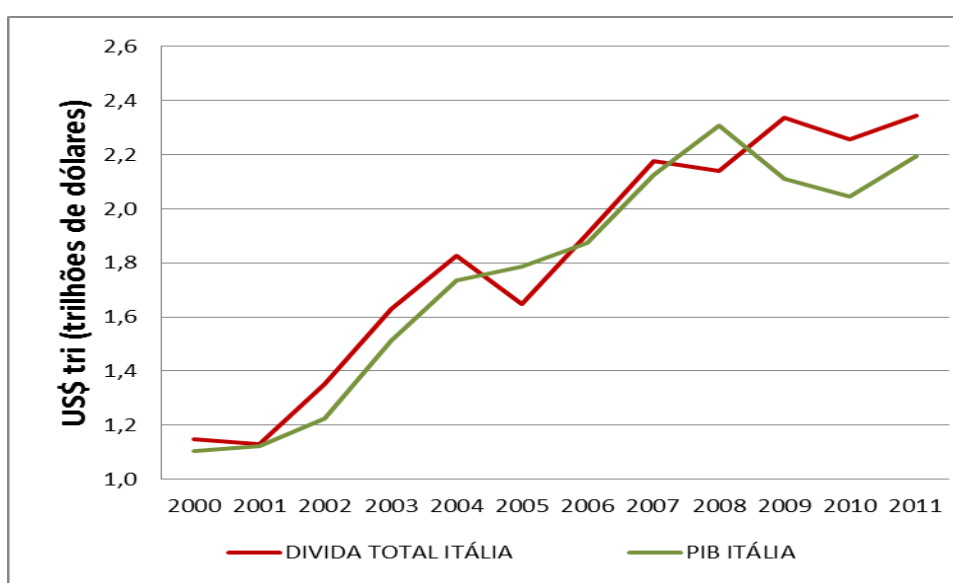
Esses déficits recorrentes do balanço de pagamentos, somados a tão mencionada perda de competitividade e postos de trabalho, impactaram, obviamente, tanto no Produto Interno Bruto da nação como na evolução da dívida do Governo, sem esquecer o agravamento devido à crise mencionada acima. Vejamos os números desse endividamento:

Tabela 1 – Dívida Total italiana e PIB italiano. 2000-2011.

Ano	Dívida Total ITÁLIA (US\$)	PIB ITÁLIA (US\$)
2000	1.147.905.742	1.104.009.000
2001	1.129.688.236	1.123.700.000
2002	1.352.101.494	1.225.176.000
2003	1.630.874.010	1.514.500.000
2004	1.825.527.283	1.735.520.000
2005	1.646.829.348	1.786.280.000
2006	1.906.440.471	1.872.980.000
2007	2.176.582.288	2.127.180.000
2008	2.140.252.287	2.307.310.000
2009	2.337.671.704	2.111.150.000
2010	2.256.102.881	2.043.530.000
2011	2.345.316.000	2.193.970.000

Fonte: Dados do Banco Mundial e OECD. Elaboração do autor.

Gráfico 2 – Comparativo da Dívida Total italiana e do PIB italiano. 2000- 2011.



Fonte: Dados do Banco Mundial e OECD. Elaboração do autor.

Como se pode ver – e como já era esperado após a apresentação do balanço de pagamentos – durante todo o período estudado, a Itália teve dificuldades para fazer com que sua dívida total sofresse arrefecimento.

Com exceção de um breve período, no ano de 2005, o nível da dívida total sempre esteve acima do que o país pôde produzir no mesmo espaço de tempo, fazendo com que as obrigações crescessem e gerassem problemas cada vez maiores, como o aumento dos encargos e a queda na confiança daqueles que poderiam investir no país.

Esse nível de endividamento coloca a Itália na lista dos dez países mais endividados do mundo, segundo o Banco Mundial, como segue:

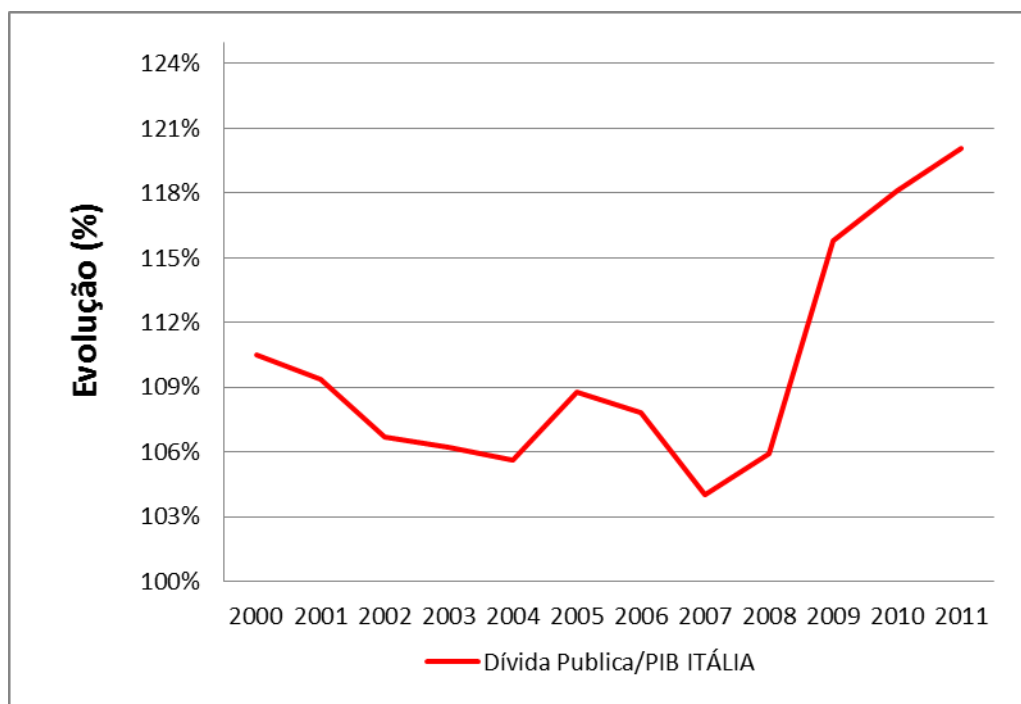
Tabela 2 – Lista dos 10 países mais endividados do mundo em fins de 2011.

País	Dívida Total (US\$ bi)
1. Estados Unidos	15.047,66
2. Zona do Euro	14.670,37
3. Reino Unido	9.928,67
4. Alemanha	5.327,20
5. França	4.988,79
6. Japão	3.137,60
7. Holanda	2.438,34
8. Itália	2.345,32
9. Espanha	2.296,91
10. Irlanda	2.175,72

Fonte: Dados do Banco da Itália. Elaboração do autor.

Agora, outro dado importante. A apresentação da relação entre a dívida externa e o PIB, que traz a razão entre eles:

Gráfico 3 – Razão entre a dívida externa italiana e o PIB italiano. 2000-2011.



Fonte: Dados do Banco da Itália. Elaboração do autor.

Tabela 3 – Razão entre a dívida externa italiana e o PIB italiano. 2000-2011.

Ano	Dívida Pública/PIB ITÁLIA
2000	110,50%
2001	109,40%
2002	106,70%
2003	106,20%
2004	105,60%
2005	108,80%
2006	107,80%
2007	104,00%
2008	105,90%
2009	115,80%
2010	118,10%
2011	120,10%

Fonte: Dados do Banco da Itália. Elaboração do autor.

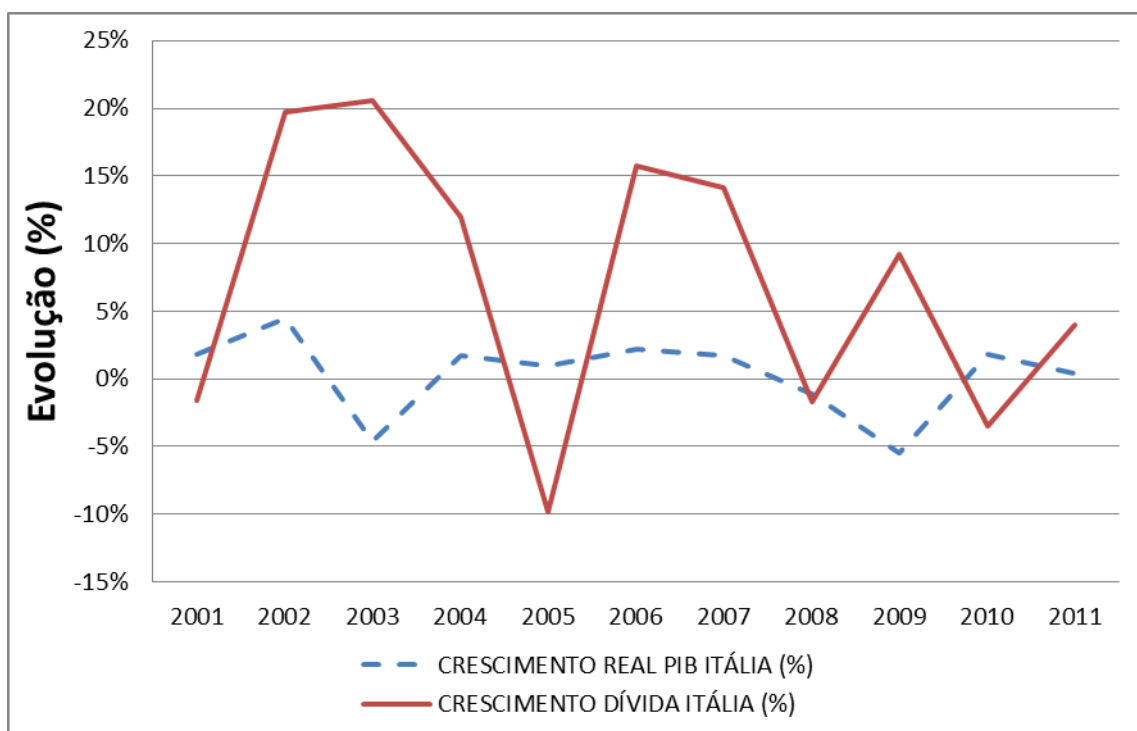
Os dados expostos nos mostram como a economia italiana está fragilizada. Em primeiro lugar, no período que a tabela e o gráfico compreendem, a dívida *jamais* esteve abaixo do Produto Interno Bruto de um determinado ano, o que sinaliza a incapacidade desta

nação de gerir seu orçamento, gastar menos do que arrecadar e, por conseguinte, abater parte dessa dívida. Em segundo lugar, com a chegada da maré de quebras e retração do comércio internacional proveniente da crise de 2008, observa-se assustadora escalada nessa mesma dívida, devido aos já mencionados gastos públicos *extra*, que tinham por intuito recuperar parte dos setores produtivo e financeiro.

Vale lembrar que, quando da proposta da introdução do Euro como moeda única do bloco, uma das condições para que o país fizesse parte dos integrantes do mesmo era que, essa razão entre dívida e PIB não superasse os 60%.

E agora, um dado ainda mais alarmante: a evolução simultânea do PIB italiano frente à evolução desta famigerada dívida. Como segue:

Gráfico 4 – Razão entre o crescimento da dívida italiana e o crescimento do PIB italiano. 2001-2011.



Fonte: Dados do Banco Mundial e OECD. Elaboração do autor.

Tabela 4 – Razão entre o crescimento da dívida italiana e o crescimento do PIB italiano. 2001-2011.

Ano	TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)	TAXA DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA (%)
2001	1,86%	-1,59%
2002	4,51%	19,69%
2003	-4,66%	20,62%
2004	1,73%	11,94%
2005	0,93%	-0,23%
2006	2,20%	13,69%
2007	1,68%	-12,24%
2008	-1,16%	-4,65%
2009	-5,49%	10,24%
2010	1,81%	20,58%
2011	0,44%	28,26%

Fonte: Dados do Banco Mundial e OECD. Elaboração do autor.

E novamente observamos um cenário preocupante: a escalada da dívida, ou seja, a sua evolução é, com exceção do ano de 2005 e da maturação das medidas de estímulo governamentais no pós-crise em 2010, sempre *muito maior* do que o crescimento do PIB do país.

É possível inclusive afirmar que o efeito “bola de neve”, cujo economista mais “matemático” simplificaria como sendo o momento em que o crescimento das dívidas deixa de ser linear e passa a ser exponencial, deixando a situação sem alternativa para contorno ou solução. Nestes casos, ou: i) os governantes assumem a impopular tarefa das reformar sociais, políticas e econômicas, às vezes compelidos por pressões de órgãos financeiros internacionais, que levam tempo não só pelo inato caráter laborioso das mesmas, como pelas pressões dos mais diversos setores devido ao choque de interesses entre elas ou; ii) declaram publicamente a assunção de sua insolvência a seus credores e passam ao cenário político internacional a pressão por um “pacote *de salvação* ”, no que permite aqui até a conotação *bíblica* do adjunto adnominal grifado há pouco.

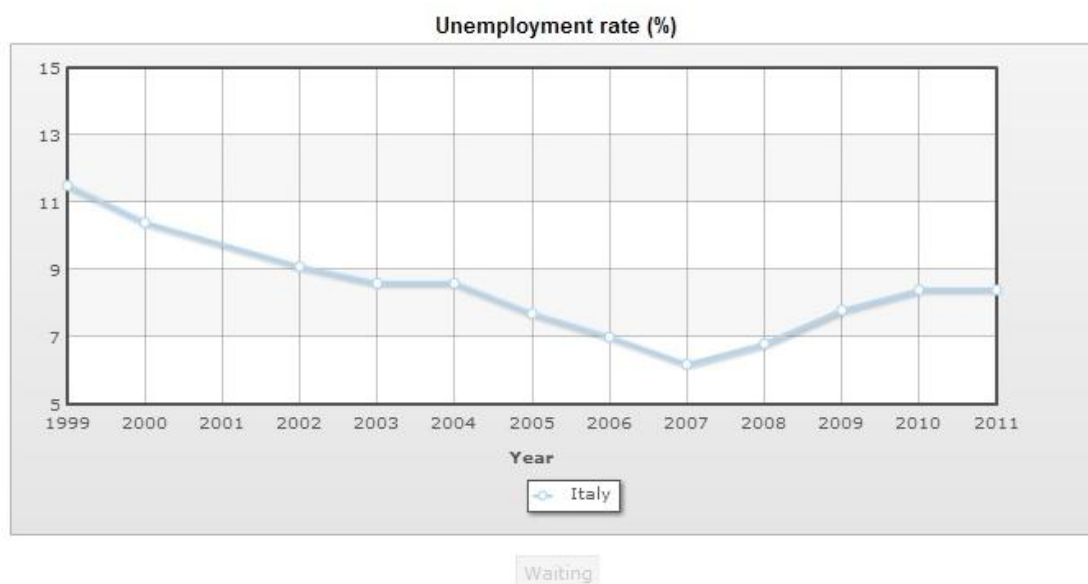
A seguir, um olhar sobre os índices demográficos italianos da época e a situação das dívidas das famílias e empresas.

3.3 Taxa de desemprego e confiança do consumidor

Partindo da seção anterior, onde pôde ser percebida a vulnerabilidade cada vez maior e mais destrutiva da economia italiana, cabem aqui refletir sobre alguns indicadores sociais desta nação.

Um deles é a taxa de desemprego da Itália. Vamos aos números:

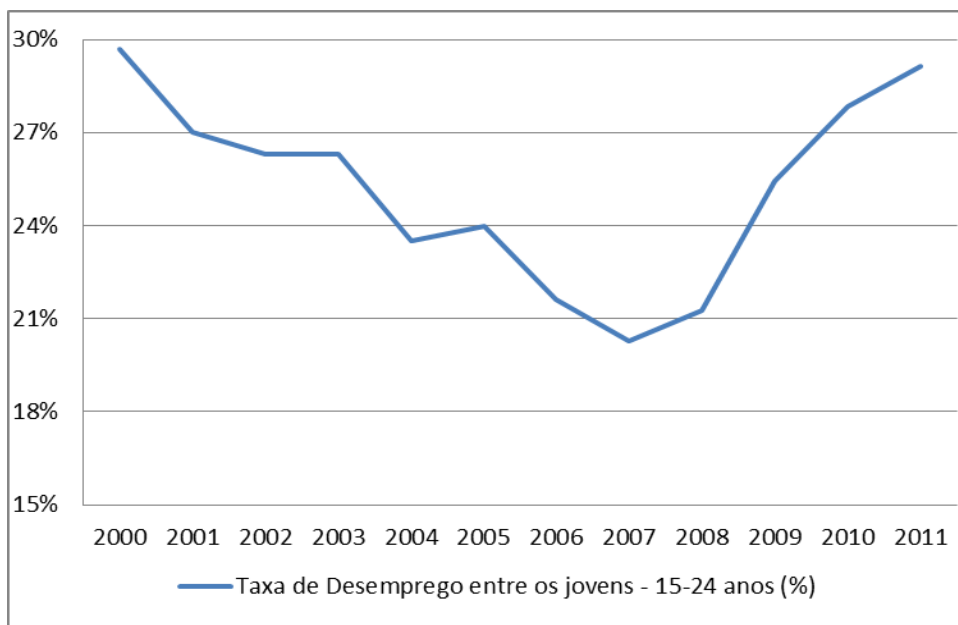
Figura 5 – Taxa de desemprego na Itália. 1999-2011.



Country	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Italy	11.5	10.4	9.1	8.6	8.6	7.7	7	6.2	6.8	7.8	8.4	8.4

Fonte: Indexmundi.

Gráfico 5 – Taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos na Itália. 2000-2011.



Fonte: Dados da OECD. Elaboração do autor.

Tabela 5 – Taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos na Itália. 2000-2011.

Ano	Taxa de Desemprego entre os jovens - 15-24 anos (%)
2000	29,70%
2001	27,00%
2002	26,30%
2003	26,30%
2004	23,52%
2005	23,97%
2006	21,60%
2007	20,29%
2008	21,25%
2009	25,44%
2010	27,86%
2011	29,13%

Fonte: Dados da OECD. Elaboração do autor.

Por mais incrível que pareça num primeiro momento, a perda de competitividade italiana ao longo da década não teve impacto direto no sentido de encolher os postos de trabalho, apesar do já conhecido e considerável descaso das autoridades italianas com o setor produtivo em favor do setor financeiro.

Os números, embora não mostrem níveis considerados baixos principalmente entre os jovens, apontam leve queda nas taxas de desemprego. Para explicar isso, Donadio (2011) aponta que, rincões da Itália, especialmente o sul, sofrem demasiadamente com aqueles fatores que expusemos como especialmente delicados no estudo deste país. Um deles sendo a corrupção, que foi responsável não por ocupar dezenas de milhares de postos de trabalho para a construção de, por exemplo, mais uma rodovia Norte-Sul, mas por desviar verba proveniente da União Europeia, para fins de infraestrutura, e acabar tornando a rodovia dada por “finalizada” sem que todas as condições de segurança estivessem prontas nem tampouco com estimativa de serem colocadas. O dinheiro público, segundo segue, foi tão mal usado nesta obra e, em geral, em toda Itália, que até mesmo organizações de moral e conduta duvidosas acabaram por “colher os frutos” dele. Esse lado corrupto da administração pública acabou por encerrar precocemente, e sem a devida conclusão, centenas de empregos que haviam sido criados com um claro interesse eleitoreiro.

Outro ponto importante, também foi visto ao longo deste trabalho, são os sindicatos altamente influentes. Consta que, por fim, os empregos são muito utilizados como estratégia para arrebanhar eleitores nesta sociedade. Com especial atenção para o Sul, historicamente menos abastado e menos culto que o Norte italiano e o restante da Europa Ocidental.

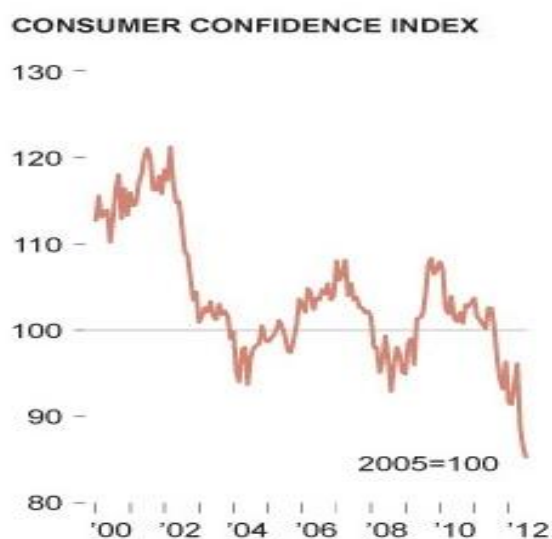
Ademais, fazendo referência ao Capítulo 2 deste trabalho, é aqui onde se encaixa o tópico sobre a cultura paternalista italiana, trazida à luz da discussão quando do tratamento da força dos sindicatos. A restrição da entrada de mulheres e jovens no mercado de trabalho encurta o que seria o novo quórum da força de trabalho italiana: em termos nominais, como aponta o Relatório do Instituto Nacional de Estatística Italiano (2011) com um crescimento vegetativo negativo ao longo de praticamente toda a década e; em termos relativos, com as já referidas barreiras à entrada de mulheres em razão do mais estúpido sexismo, que acaba por não aproveitar uso da plenamente capaz “nova força de trabalho” disponível.

Portanto, não só é importante aos políticos italianos criar novos postos de trabalho, é preciso manter os empregos daqueles com idade mais avançada, devido a sua grande força dentro das organizações trabalhistas. Desta feita, pode-se deixar a discussão sobre a taxa de desemprego italiana enxergando claramente a razão para o desemprego mais alto entre os jovens e porque, no geral, essas mesmas taxas até apontaram uma melhora ao longo da década.

Excetuando aqui, antes de encerrar, o período pós-crise, que não fez distinção entre os setores da economia quando da sua devastação, como pôde ser observado também.

Outro item que será analisado é conhecido como “índice de confiança do consumidor”. De acordo com Benjamin (2008), “é um indicador designado para medir a confiança do consumidor, que é definido como um grau de otimismo sobre o estado da economia, que os consumidores estão expressando através de suas atividades de gastos e poupanças”.

Figura 6 – Índice de confiança do consumidor na Itália. 2000-2012.



Fonte: The New York Times. 2012.

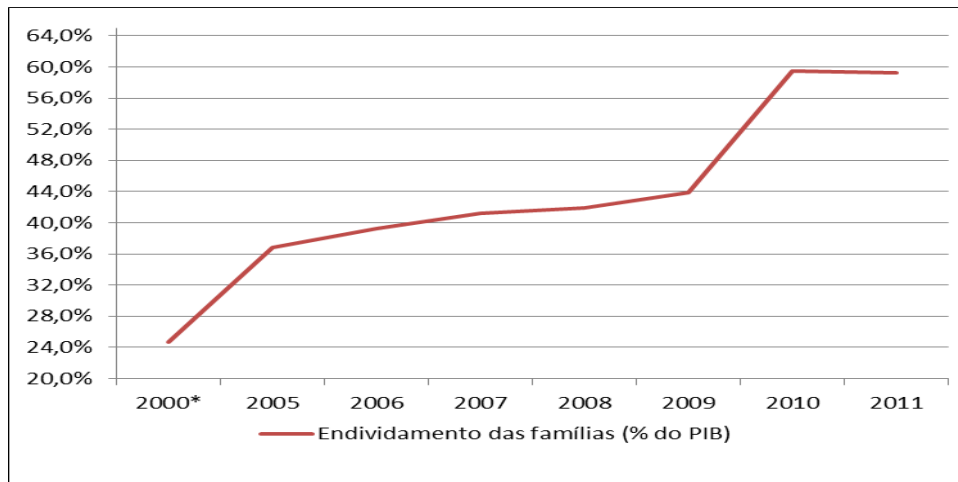
O quadro não tão grave das taxas de desemprego não se repete no ICC. Como fica evidente, há um pico positivo no início do período, motivado pela introdução do Euro e toda a injeção de ânimo e otimismo que ela trouxe consigo. No entanto, segue a partir dali, uma queda acentuada, seguida por uma flutuação com leves alterações, até o término do ano de 2008, onde a tão comentada crise dos *subprimes* nos EUA, começa a expor seus danos sobre a Europa, atingindo com força, assim como os demais indicadores econômicos, a confiança do consumidor.

Os reflexos dessa postura de falta de confiança do consumidor na economia no curto-médio prazo e suas implicações, além de um olhar sobre o setor privado italiano são os temas da próxima seção.

3.4 Dívidas das famílias e empresas do setor privado

Tratemos agora do endividamento do setor privado italiano, a começar pelo nível de endividamento das famílias. Vamos a ele:

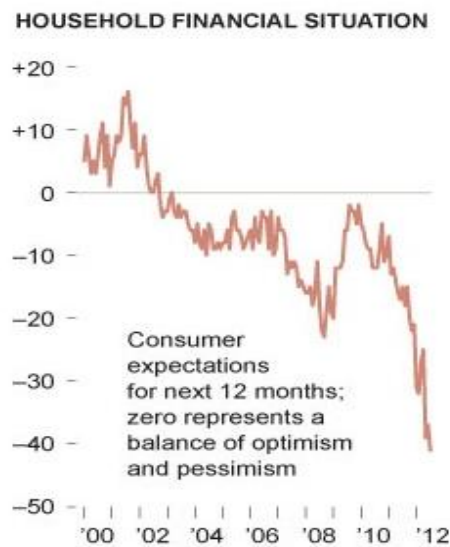
Gráfico 6 – Nível de endividamento das famílias (por percentual do PIB) da Itália. 2000 e 2005-2011.



Fonte: Dados do FED de St.Louis. Elaboração do autor.

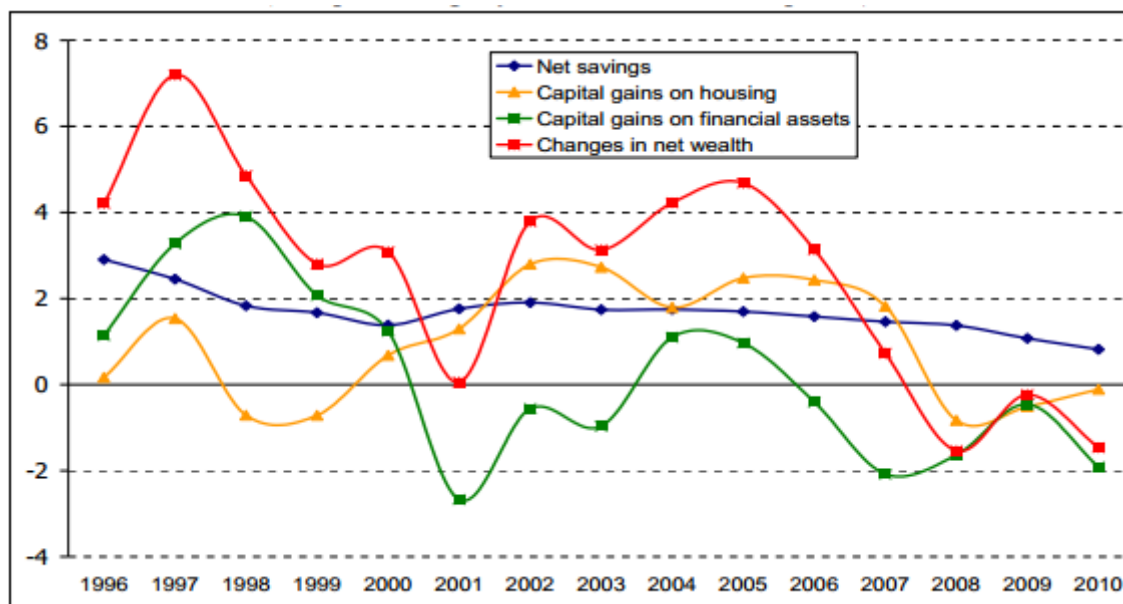
* = Dados estimados para o ano.

Figura 7 – Situação financeira das famílias na Itália. 2000-2012.



Fonte: The New York Times. 2012.

Figura 8 – Poupança, ganhos de capital e outras alterações na riqueza na Itália (em evolução percentual). 1996-2010.



Fonte: Banco da Itália. 2011.

Nota-se de imediato como o endividamento das famílias cresceu no período que nos interessa. Os dados dão conta de que, do momento da introdução do Euro como moeda única até a presente data, houve um crescimento de 140% na dívida das famílias italianas, com um respeitável crescimento de aproximadamente 33% *apenas* entre 2009 e 2010.

Também é motivo de preocupação a situação financeira das famílias, que saiu de um *superávit* de 10 unidades no índice exposto no início do ano 2000 para um assombroso déficit projetado de 40 unidades ao fim de 2012.

E é óbvio que fica a pergunta: como especificamente a situação financeira das famílias e a capacidade de conter o avanço das dívidas sofreu tamanho golpe?

Para responder, voltamos nossa atenção para o gráfico que mostra a poupança e os retornos financeiros e imobiliários. Quando voltamos nossa atenção ao início do gráfico, no ano de 1996, anterior à introdução do Euro, temos um percentual positivo no aumento da poupança, ainda que pequeno e, além do mais, retornos razoáveis de imóveis e bens de capital.

No entanto, com o advento da moeda única, é quase imediata a queda nos rendimentos desses bens, com destaque para os de capital, que já em 2001 adentra a zona dos rendimentos *negativos*, ou seja, uma desvalorização anual, acarretando em prejuízo para seus detentores.

Importante ressaltar que os ativos financeiros seguem dando prejuízo, ano após ano, praticamente até o fim do período estudado.

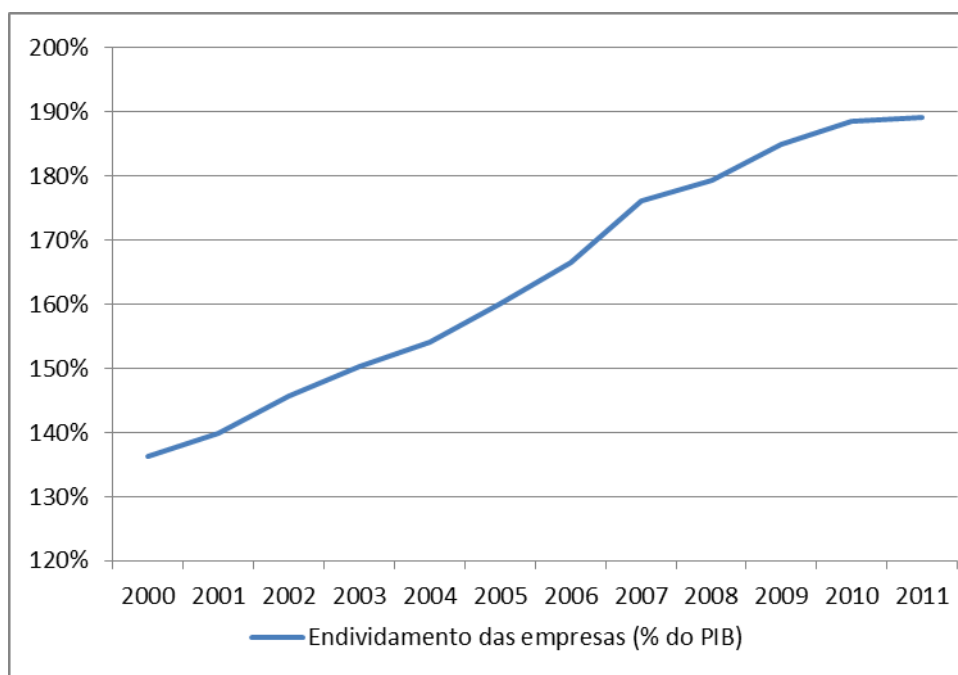
O nível de poupança se aproxima gradualmente de zero, o que significaria nulo crescimento de poupança.

Por último, mas não menos importante, os imóveis após 2001, em contraponto aos bens de capital, tem sua taxa de rentabilidade acrescida, o que certamente sinalizou ao mercado a segurança neste tipo de investimento. O aquecimento desse mercado trouxe uma consequente aceleração da trajetória de crescimento da riqueza. Dados do Banco da Itália (2011) dão conta de que, ao fim de 2010, quase metade da riqueza das famílias italianas (43,2%) estava em imóveis.

Entretanto, nada disso resistiu ao impacto da crise de 2008, com todos os indicadores sofrendo incursões na zona negativa do gráfico, destacando a “riqueza líquida”, que no período em questão, saiu de uma taxa de *crescimento* anual de mais de 7% ao ano para um *decrécimo* anual de aproximadamente 2%.

Passemos agora ao endividamento das empresas:

Gráfico 7 – Nível de endividamento das empresas (por percentual do PIB) da Itália. 2000-2011.



Fonte: Dados da OECD. Elaboração do autor.

A escalada das dívidas das empresas italianas não foi tão grande comparativamente à das famílias, mas possivelmente é mais preocupante.

Enquanto o crescimento da dívida deste setor não alcançou os quase 150% alcançado pelo da dívida das famílias, ela alcançou números absolutos impressionantes: 190% do PIB da nação. Além do mais, essa dívida teve uma escalada gradual e constante, não sofrendo um arrefecimento nos anos de relativa “bonança” da economia da Itália, entre 2004 e 2005.

Tal cenário confirma o que já havia sido percebido na demonstração do balanço de pagamentos e da balança comercial: a virtual obsolescência competitiva da indústria italiana frente às outras nações do bloco e do mundo, com os *déficits* crescentes nas trocas comerciais e o conseqüente “mergulho” da curva que representa a conta capital, que tem na balança comercial seu principal número.

3.5 Conclusões acerca do endividamento italiano

Ao longo deste Capítulo, não resta a menor dúvida de que a economia italiana passa por sérios problemas.

Foi visto que o país figura entre os 10 mais endividados do mundo em termos absolutos e que sua dívida ultrapassa os 120% do próprio PIB, o equivalente a quase 15 meses de produção a plenos esforços para que apenas se consiga *igualar* a escalada dessa dívida.

O balanço de pagamentos, apresentado com requinte de detalhes mostra como as operações no lado financeiro da economia se mostraram mais relevantes no tocante ao interesse e à atenção do Governo, tanto antes da crise de 2008, para financiar os próprios gastos através da emissão de moeda e “afrouxar” os gastos, quanto no pós-crise, com os incentivos indiretos a recuperação do negligenciado setor produtivo.

Setor produtivo este que confirmou o que havia sido exposto no Capítulo anterior com o auxílio da teoria econômica: a indústria italiana carece de força, incentivos e vantagens

comparativas para competir em pé de igualdade com os parques instalados em outros recantos do planeta.

A introdução do Euro foi crucial para que a Itália se sustentasse durante toda a década que foi estudada, mas não pela robustez que trouxe ao seu setor produtivo. Muito pelo contrário: ao trazer consigo uma âncora monetária que se fazia presente em outras economias de porte inferior, o Euro terminou por forçar a economia italiana a um patamar inferior ao que naturalmente seria. No entanto, o mecanismo que redistribuiu o direito de senhoriação ao redor da Europa permitiu que esta nação se sustentasse por mais algum tempo sem que fossem feitas reformas fiscais e tributárias que conseguissem equilibrar o saldo da conta corrente. O balanço de pagamentos italiano desvelou categoricamente esses fatos.

As taxas de desemprego, embora tenham mostrado comportamento estável ao longo do período, não são nada animadoras no seu *quantum*, com destaque para a alta taxa de desemprego entre os mais jovens, agora, com mais força em razão da retração natural dos postos de trabalho frente ao turbilhão político-econômico que vive o país no pós-crise, mas sem esquecer o que o sistema de patronagem e a forte influência dos sindicatos nos resultados das urnas tem feito ao longo dos anos com a rentabilidade e o desempenho da indústria, impactando, mais uma vez dizendo, a competitividade da mesma.

Finalmente, o endividamento das famílias é um tanto preocupante, não só pelo patamar atual do nível de endividamento das mesmas – que já seria razão de sobra para tal – como também pela expectativa da confiança dos italianos na força e na recuperação de sua economia, que anda em níveis alarmantes. O nível de endividamento das mesmas cresceu muito ao longo da década em questão muito devido ao investimento em imóveis, que apresentavam boa rentabilidade em meados do período. No entanto, o choque externo de 2008 causou uma inversão no cenário, trazendo para baixo – a níveis negativos, ou seja, perda de valor do bem – essa rentabilidade *e também* o nível de riqueza das famílias. No tocante às empresas, como de certa forma já foi dito, a escalada das dívidas foi constante ao longo dos anos 2000, não fazendo distinção entre “tempestade e bonança”, reflexo este do pouco interesse italiano em recuperar a geração endógena de capital e o saldo da conta corrente, que fez com que os ousados empreendedores italianos que persistiram de portas abertas vissem a saúde de suas contas derrocarem e a insolvência bater à porta, até a presente data de entrega deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Sobre a Itália no mundo econômico

O trabalho que foi apresentado teve por objetivo, é claro, mostrar a Itália que assustou – e ainda assusta – a União Europeia, tanto por ser uma das economias mais importantes do bloco e de todo o mundo, como pela fragilidade que a crise revelou na economia deste país.

E, o mais preocupante de toda a história, a dificuldade que a mesma encontra para levar adiante reformas sociais, políticas e econômicas que, se não a farão sair mais fortalecida de todo o “vendaval”, ao menos devolverá a paz aos outros integrantes do bloco, que assistem preocupados uma economia deste tamanho cambaleiar.

Foi necessário, no entanto, ir além da simples análise dos dados macroeconômicos e buscar na sociedade italiana as razões que, já antes da crise e antes mesmo da introdução do Euro, geravam ineficiências de maneiras tão intrincadas que até o presente momento são a principal razão da demora na recuperação italiana. É sabido, como diz Benakouche (2012), que “países europeus, grandes ou pequenos, com ou sem alto endividamento, com ou sem crescimento econômico, têm sistemas de proteção social”. No entanto, prossegue ele afirmando com propriedade que “toda a questão consiste em saber se o Estado-previdência tem condições de erradicar a exclusão social, levando-se em consideração a atual situação de desemprego, o nível de endividamento do Estado (...)”.

Não bastasse essas afirmações serem cabíveis a qualquer Estado europeu, elas se encaixam com *mais do que* justeza no caso italiano: o Welfare State italiano possui a força dos demais estados europeus, organizações laborais que defendem ferrenhamente seus interesses e ainda precisa lidar com a discrepância de riqueza e patamar social entre o norte e o sul. Neste último se concentram os grandes cantões italianos responsáveis pelos níveis de pobreza, que são um tanto difíceis de conceber para um país da Europa Ocidental, por serem os mesmos utilizados para as nações africanas e asiáticas, alcançarem surreais 20% da população *total* do país (BENAKOUCHE, 2012).

As reformas que, em fins de 2012, estavam a pleno planejamento, devem e precisam ser tocadas com firmeza. É nessa afirmação que repousa a pouca confiança que restou às famílias, empresas, investidores e nações da EU, com o agora primeiro-ministro Mario Monti, responsável pela ingrata tarefa de enfrentar séculos de cultura sócio-política retrógrada e atravancadora e levar as tais reformas adiante, independente do que aconteça com o Euro enquanto moeda única e a Zona do Euro enquanto bloco.

4.2 Sobre o futuro do Euro e da União Europeia

O Euro, que veio para ajudar a fortalecer a Europa frente ao mundo, trazer união e até mesmo *paz*, como dizia o relatório de Jacques Delors apresentados junto a Comissão Europeia à época de sua concepção, não surtiu o resultado esperado.

Não apenas a Itália, mas outras nações envolvidas, menores e maiores que esta, passam por maus momentos com as taxas de desemprego altas e as dívidas batendo recordes a cada ano. Trazendo de volta o que foi apurado no Capítulo 2 para sintetizar o raciocínio: os países que comporiam o novo bloco a ser formado em 1999 com a UEM eram diferentes *demais* entre si na esfera política e social, possuíam números e graus de responsabilidade excessivamente discrepantes, o que a crise do fim da década expôs sem piedade alguma. Muito provavelmente, mesmo que a crise de 2008 não tivesse tomado lugar, esse esgotamento das manobras financeiras viria a ocorrer em algum ponto dos próximos 20 anos.

Pois não é segredo aos mais atentos que as dívidas e as taxas de desemprego já não se comportavam bem antes mesmo do estouro da bolha americana. Em *toda* a Europa.

O fim do Euro enquanto moeda comum, apesar de soar absurdo num primeiro momento, pelo custo político e econômico que teria, é uma saída que não só não é descartada nas discussões acerca do tema ao redor da Europa, como ganha força à medida que a recuperação das nações mais endividadas se mostra morosa, devido aos planos de salvação dos mais debilitados que não dão o impulso desejado na confiança dos investidores, como o

caso da Grécia, e também, num caso mais amplo, a velha e recorrente disputa sobre onde se deve cortar gastos e qual setor deve ser mais ou menos sacrificado dentro de uma nação.

Caso seja, hipoteticamente, impossível aos olhos das autoridades europeias o fim da UEM, deve-se imediatamente voltar a propor os “nivelamentos” políticos entre os membros do bloco, que os acadêmicos propunham à época da introdução do Euro, a saber profundas reformas fiscais, tributárias e previdenciárias, casadas *obrigatoriamente* com um acompanhamento minucioso das variáveis monetárias para o realinhamento das âncoras de preço. E sem esquecer, é claro, de uma deliberada firmeza para lidar com as vontades políticas de cada nação, algo que certamente faltou aos mais conservadores que, no início das tratativas acerca da moeda única nos termos atuais, possivelmente se descobriram “indo dormir com excesso de argumentos e falta de estômago”, dada a suave e nauseante rudeza do jogo político num cenário tão grande.

Nas seções finais de sua obra, Benakouche (2012, p.124) segue muito próximo a essa linha de raciocínio:

(...) Essa opção (de saída da crise) resulta (sempre) de uma articulação complexa e política entre os indicadores mobilizados, como taxa de crescimento, nível de desemprego, entre outros; os instrumentos disponíveis (...), as movimentações de atores participantes (...) e os recursos focados. (...) E uma das alternativas depende, no entanto, da correlação de forças internas e internacionais.

Seguindo, como frisa o mesmo autor, o destino da Europa tem, como grandes interessados: os EUA, externamente, que tem muito interesse no fim do Euro, e assim recuperar a soberania da senhoriagem no mundo com o dólar assumindo o papel de única moeda “mundial” e; internamente, o conflito entre os grandes e os pequenos do bloco, com os primeiros contra o fim da EU, vendo com bons olhos uma salvação com um polpudo montante proveniente do Fundo Europeu de Estabilização Financeira com prazos a perder de vista sem fazer muito escândalo quanto às cartilhas austeridade e de metas exigidas a curto e médio-prazo, e os últimos, sem essa opção de resgate monetário pelo Fundo, não só pelo seu tamanho e importância para o bloco, como pelo recente rebaixamento das notas de classificação de crédito, o que torna qualquer empréstimo mais caro para esses países (BENAKOUCHE, 2012).

Por fim, uma coisa permanece clara e evidente: os Governos da EU empurraram as manobras financeiras e monetárias ao seu limite em troca da preservação de seu capital político interno. A um limite tão nocivo que, mesmo países que “caminham sozinhos”, tratando de seus próprios negócios com unificação sócio-política e econômica, teriam dificuldades de recuperação, estando frente ou não a um choque externo.

Logo, é de se imaginar o tamanho dos problemas que seguirão para a Zona do Euro nos moldes em que ela foi forjada.

REFERÊNCIAS

BAGUS, P. **The Tragedy of the Euro**. Terra Libertas Limited, 2011.

BANCA D'ITALIA. **Supplements to the Statistical Bulletin: Monetary and Financial Indicators - Household Wealth in Italy in 2010**. Disponível em:

<<http://www.bancaditalia.it/statistiche>>. 14/12/2011. Acesso em 08/09/2012.

BENAKOUCHE, R. **A Dívida dos Países Ricos**. São Paulo. Xamã, 2012.

BENJAMIN, C. **Consumer Confidence - Global Monitor of Consumer Sentiment Index Reports and Country Update on Consumer Confidence Changes**. Marshall Place Associates. 2008.

DAVIS, A; SKOCZYLAS, N. Italy Moves Into Debt-Crisis Crosshairs After Spain. **Bloomberg Online**. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2012-06-10/italy-moves-into-debt-crisis-crosshairs-after-spain-bank-rescue.html>>. 11/06/2012. Acesso em 05/09/2012.

DONADIO, R. A Shaken Italy Is Poised to Name a New Government. **The New York Times**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/11/11/world/europe/shaken-italy-is-poised-to-name-new-government.html?pagewanted=all>>. 10/11/2011. Acesso em 20/11/2012.

DONADIO, R. Corruption Is Seen as a Drain on Italy's South. **The New York Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/10/08/world/europe/in-italy-calabria-is-drained-by-corruption.html?pagewanted=all&_r=0>. 07/10/2011. Acesso em 20/11/2012.

EUROSTAT. Disponível em: <<http://www.ec.europa.eu/eurostat>>. Acesso em 08/09/2012.

EHLERS, F. Italy's Lost Generation: Crisis Forces Young Italians to Move Abroad. **Der Spiegel**. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/europe/euro-crisis-forces-many-italian-young-people-to-leave-a-848509.html>>. 06/08/2012. Acesso em 05/09/2012.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **Annual Reports**. Disponível em: <<http://www.ecb.int/pub/annual/html/index.en.html>>. 2012. Acesso em 05/09/2012.

EVANS-PRITCHARD, A. Monti plans 'Greek-style' takeover of Sicily to avert default. **The Telegraph**. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/9410275/Monti-plans-Greek-style-takeover-of-Sicily-to-avert-default.html>>. 18/07/2012. Acesso em 06/09/2012.

FINANCIAL TIMES. **Global Economy**. Disponível em: <<http://www.ft.com/global-economy>>. Acesso em 12/09/2012.

HOOVER, J. Silvio Berlusconi to face trial in underage sex case. **The Guardian**. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2011/feb/15/silvio-berlusconi-trail-underage-sex-case>>. 15/02/2011. Acesso em 08/09/2012.

ISTAT. **Italia in cifre: 1861-2011** Disponível em: <http://www3.istat.it/dati/catalogo/20110405_01/italiaincifre2011.pdf>. 2011. Acesso em 08/09/2012.

INDEX MUNDI. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/>>. Acesso em 06/09/2012.

MAZZIERO, M. [et al]. **Italy 2011: A Year of Sufferance**. Mazziero Research. 2012.

MAZZIERO, M. [et al]. **Italy at the halfway mark in 2012**. Mazziero Research. 2012.

MCARDLE, M. Europe's Real Crisis: The Continent's problems are as much demographic as financial. They won't go away soon. **The Atlantic**. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2012/04/europes-real-crisis/308915/>>. 11/04/2012. Acesso em 05/09/2012.

MENSURATI, M. Caso Lentini, reati prescritti. **La Repubblica**. Disponível em: <<http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2002/07/05/caso-lentini-reati-prescritti.html>>. 05/07/2002. Acesso em 03/10/2012.

NADEAU, B. Europe's Austerity Crisis Ravages Italy's South. **The Daily Beast**. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/articles/2012/10/02/europe-s-austerity-crisis-ravages-italy-s-south.html>>. 02/10/2012. Acesso em 13/10/2012.

NORRIS, F. Italians, Their Confidence at a Record Low, Sharply Cut Their Spending. **The New York Times**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/06/30/business/economy/in-italy-consumer-confidence-reaches-record-low.html?_r=0>. 29/06/2012. Acesso em 05/09/2012.

OECD. **OECD iLibrary**. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org>>. Acesso em 06/09/2012.

PERKINS, J. **Confessions of an Economic Hitman**. Berrett-Koehler Publishers; First edition. 2004.

SCHUMAN, M. Italy's Crisis: Endgame for the Euro? **Time Magazine**. Disponível em: <<http://business.time.com/2011/11/10/italys-crisis-endgame-for-the-euro/>>. 10/11/2011. Acesso em 05/09/2012.

ST. LOUIS FED. **Economic Research**. Disponível em: <<http://research.stlouisfed.org>>. Acesso em 10/09/2012.

THE ECONOMIST. Disponível em: <<http://www.economist.com>>. Acesso em 08/09/2012.

TRADING ECONOMICS. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com>>. Acesso em 06/09/2012.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://www.worldbank.com>>. Acesso em 06/09/2012.